



Seminário URBFAVELAS 2016  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

## PLANEJAMENTO URBANO E AUTONOMIA NA MICROESCALA: APROXIMAÇÕES PARA UM PROCESSO HORIZONTAL

**Vítor Domicio de Meneses** (UFC) - [domiciomeneses@yahoo.com.br](mailto:domiciomeneses@yahoo.com.br)

*Arquiteto e Urbanista pela Universidade de Fortaleza (2014) e mestrando em Planejamento Urbano e Design da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D) da Universidade Federal do Ceará (2015-2017). Colaborador vol*

**Daniel Ribeiro Cardoso** (UFC) - [danielcardoso@ufc.br](mailto:danielcardoso@ufc.br)

*Professor e pesquisador do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, lotado na área Percepção e Representação. Doutor em Semiótica pela PUC de São Paulo onde desenvolveu pesquisa em processos de emergência da forma na arqui*

**Manuela Teixeira Arias** (UFC) - [manuela.t.arias@gmail.com](mailto:manuela.t.arias@gmail.com)

*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará. Foi bolsista, em 2014, do Canto - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFC, que se insere no contexto da problemática habitacional e da atuação do arquiteto e urbanista. É*

**Raquel Magalhães Leite** (UFC) - [raquelmleite@gmail.com](mailto:raquelmleite@gmail.com)

*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará, com período sanduíche na University of the Arts London através do programa Ciência sem Fronteiras (CNPq). Foi monitora, em 2012, do Programa de Iniciação à Docência, na disciplina de*

**Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas** (UFC) - [urbcla@gmail.com](mailto:urbcla@gmail.com)

*Professora Adjunto IV Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFC Doutorado em Arquitetura e Urbanismo/UNB Pos Doutorado em Planejamento Urbano e Regional/UIUC*

# PLANEJAMENTO URBANO E AUTONOMIA NA MICROESCALA: APROXIMAÇÕES PARA UM PROCESSO HORIZONTAL<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho traz as percepções e reflexões sobre uma experiência de projeto colaborativo e regularização fundiária na comunidade Raízes da Praia, em Fortaleza, Ceará. Desenvolve-se como uma atividade de ensino, pesquisa e extensão vinculada ao Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará.

A partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade de 2001, os temas da participação e da função social da propriedade ganharam destaque no país, contrastando com a situação das cidades brasileiras, tais como Fortaleza, que vivem uma situação de déficit habitacional e especulação imobiliária.

No entanto, como promover processos de planejamento que contemplem as necessidades da população diante da complexidade e extensão do território urbano? A partir deste questionamento, o trabalho tem como objetivos: contribuir para o desenvolvimento de metodologias colaborativas de projeto para habitação social; e refletir sobre o papel da assessoria técnica de arquitetura enquanto acompanhamento em todas as etapas relativas ao projeto.

Para realizar a pesquisa, foi executado um plano de ações compostas por oficinas colaborativas de mapeamento, desenho, fotografia, maquete e entrevistas semiestruturadas com moradores do local. Os resultados dessa pesquisa embasaram um diagnóstico construído de forma colaborativa e a criação de uma interface para a discussão do projeto habitacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento Urbano; Autonomia; Projeto Colaborativo; Habitação de Interesse Social.

## 01. INTRODUÇÃO

A cidade de Fortaleza possui um território marcado por processos de segregação sócio espacial, contexto que produz grandes populações excluídas, sem acesso a moradia e a infraestruturas básicas. Soma-se a isso a ineficiência do Estado em garantir qualidade de vida para os cidadãos, que ficam à mercê de interesses dos grandes grupos econômicos e especuladores imobiliários. As ocupações são consequência desta realidade, representando a resistência da população que reivindica moradia digna e o direito à cidade.

Com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), passou a ser obrigatório que os planos diretores sejam realizados mediante processos participativos: "...o Plano está agora vinculado à definição da função social da cidade e da propriedade e ao plano de desenvolvimento urbano municipal; no que diz respeito ao seu sentido, destaca-se a obrigatoriedade de que o Plano seja elaborado de forma participativa, expressando o que poderia ser considerado um pacto sócio espacial envolvendo todos os agentes presentes na cidade." (Pereira, 2015. p.9). Dessa forma, os Planos Diretores Participativos devem ser realizados de modo a contemplar todos os

---

<sup>1</sup>Este artigo conta com apoio do projeto de pesquisa intitulado "Informalidade urbana e regulação do território no Brasil" aprovado na chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPEs Nº 22/2014. Conta ainda com o suporte do Programa de Educação Tutorial do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, PET-UFC, que possui como tutores os professores Daniel Cardoso e Clarissa Freitas.

grupos sociais da cidade, buscando, através da participação popular, atender as suas necessidades. No entanto, como promover processos de planejamento que contemplem as necessidades da população diante da complexidade e extensão do território urbano?

Frente aos conflitos relativos à terra urbana, as populações que moram em ocupações ou em áreas de risco são as que mais sofrem com a imposição das ações do Estado, sem consulta prévia ou acordo, que, neste caso, implicam em desapropriações ou relocações de grandes populações de baixa renda. Um processo de remoção (para a realização de obra de infraestrutura ou para reintegração de posse, no caso de ocupação em terreno de particular), tal como é realizado em muitas cidades brasileiras, com autoritarismo e violência, evidencia a falta de autonomia da população diante dos gestores da cidade. Sobre a ideia de autonomia, objetivo maior dos processos colaborativos, Silke Kapp diferencia-a da mera participação popular: "...a ideia de autonomia coletiva, entendida como o direito e a capacidade de os grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço. Autonomia é, assim, bem mais do que participação popular. Enquanto essa última sugere moradores convidados num processo cuja estrutura foi definida pelos profissionais ou pelo Estado, autonomia implica processos orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados." (Kapp et. all, 2012).

No entanto, as ocupações (como é o caso da comunidade analisada neste trabalho) podem representar experiências de planejamento autônomo, uma vez que não estão submetidas às regras do estado e se mantêm de forma autogerida, através de práticas colaborativas. Sobre os processos autonomistas e o papel do saber técnico, Marcelo Lopes de Souza afirma que: "...a pedra angular do pensamento autonomista, no que se refere ao problema do 'discurso competente', reside na convicção de que o usuário de um produto, e não o expert que o concebeu ou produziu, é o melhor e o mais legítimo juiz de suas qualidades." (Souza, 2003. p.180). O autor critica, além da ação autoritária do estado, a conduta do corpo técnico de planejamento, que, perpetuando a conduta do planejamento tecnocrático, toma decisões sem a adequada consulta e participação dos cidadãos envolvidos. Segundo Kapp: "A atuação tecnocrática é, assim, marcada pelo embate entre uma racionalidade técnica (burocrática) e o conhecimento vivido de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços, domésticos urbanos. Os protocolos dessa racionalidade, sempre considerada superior, interdita de antemão a maiorias dos elementos essenciais à experiência cotidiana dos autoprodutores, como, por exemplo, a possibilidade de que uma construção não seja precedida por um projeto, mas pensada à medida que evolui." (Kapp et. all, 2012).

Partindo do pressuposto de que a escala influencia na percepção do espaço, na forma de produção da cidade e na participação popular no planejamento urbano, este trabalho estuda uma comunidade de 84 famílias a partir da escala do quarteirão, área equivalente à ocupação. Por isso, o conceito de microescala auxilia na análise do espaço a partir das relações existentes. A microescala (ou escala microlocal), escala de análise do território relativa ao cotidiano do habitante da cidade, evidencia as dinâmicas sociais existentes e proporciona uma percepção diferenciada do espaço urbano: "Os diversos subníveis da escala microlocal são de cristalina importância para o planejamento e a gestão, especialmente quando se deseja propiciar uma genuína participação popular direta; afinal, é nessa escala que os indivíduos, em processos participativos, poderão constituir instâncias primárias de tomadas de decisão (plenárias, assembleias etc.), e é também nessa escala que eles poderão monitorar mais eficientemente a implementação de decisões que influenciam sua qualidade de vida cotidiana." (Souza, 2003. p. 107).

A microescala, como se compreende neste trabalho, não é uma dimensão física do espaço. Ela é, porém, palco para a produção desta dimensão a partir do contato cotidiano

entre pessoas e das relações entre pessoas e lugares. Por isso, as redes de relações são protagonistas no histórico da comunidade e destacam conexões essenciais para a sua formação e desenvolvimento, constituindo-se como o elemento chave na compreensão da dinâmica de produção do espaço comunitário.

Este artigo trata das atividades realizadas na comunidade Raízes da Praia, em Fortaleza, a partir dos registros de cerca de um ano de diálogo entre a comunidade e o Programa de Educação Tutorial (PET)<sup>2</sup> do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. Essa experiência tem como principal objetivo responder a uma demandada comunidade relativa à habitação, com objetivo de regularizar terreno e as moradias das 84 famílias, que atualmente ocupam terrenos de proprietários particulares.

O trabalho foi realizado através de uma abordagem crítica que questiona o papel convencional dos arquitetos e urbanistas como detentores do conhecimento e fornecedores diretos de alternativas construtivas, tal como afirma Kapp, criticando a postura do “arquiteto missionário” presente nas favelas: “assim como o missionário prega sua cultura religiosa em lugares onde não é praticada, o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele, e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço.” (Kapp et. al, 2012). A partir desta reflexão, buscou-se a construção de um processo horizontal, no qual todos os envolvidos podem ser realmente atuantes, indo na contramão do processo de projeto tradicional, no intuito de alinhar a obra executada e as necessidades dos moradores. Nesse sentido, foram realizadas atividades para investigar alternativas de projeto colaborativo, envolvendo os moradores no processo em busca de unir os saberes técnico e popular e suas experiências.

O objetivo deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento de metodologias de projeto de habitação social, considerando o contexto sócio espacial e as relações existentes entre os moradores e o lugar; e refletir sobre o papel da assessoria técnica (Baltazar; Kapp, 2016)<sup>3</sup> de arquitetura enquanto acompanhamento em todas as etapas relativas ao projeto, entendido aqui como um processo mais amplo, que se inicia antes do desenho das habitações.

A metodologia adotada baseia-se na informação como mecanismo essencial de diálogo. O primeiro momento consistiu na elaboração de propostas arquitetônicas iniciais e na exposição de estudos de casos. Em seguida, um conjunto de oficinas colaborativas foi a estratégia para aprofundar o contato com a comunidade, proporcionar um espaço de convivência entre os moradores e conhecer melhor suas origens naquele local. Depois disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas para coletar dados de natureza diferente com outros moradores. Além dessa coleta de dados, foi utilizado o método de observação em tempo integral, através de um diário de campo construído a cada visita ao local de estudo. Tal como diz Lucrécia Ferrara, ao descrever sua pesquisa: “O contato

---

<sup>2</sup>O Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo (ArqPET) é composto por um grupo de alunos da graduação e um professor tutor do Curso de Arquitetura e Urbanismo que realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como assessoria de arquitetura e urbanismo para comunidades de Fortaleza, capacitação em ferramentas de representação de projeto, etc. Para mais informações: <http://pet.arquitetura.ufc.br/>

<sup>3</sup>Adotou-se neste trabalho o termo Assessoria Técnica em vez de Assistência Técnica por compreendê-lo como mais alinhado às atividades realizadas na comunidade em estudo, em oposição ao processo de projeto tradicional, que não amplia as possibilidades de autonomia dos moradores: “Enquanto o paradigma da assistência se funda nesse ideário assistencialista, a assessoria aponta para uma relação sem dominação, ainda que assimétrica. Numa situação ideal, os assessorados – geralmente um grupo social organizado – solicitam a assessoria e determinam o papel que ela assumirá no processo.” (Baltazar; Kapp, 2016).

direto com o local de pesquisa mostrou-se como alternativa válida, metodológica e praticamente: o método do 'ir pra ver'. Ao registro e à estatística dos dados, sobrepunha-se a presença do pesquisador no local e, sobretudo, a sua sagacidade de observação.” (Ferrara, 1993. p. 17).

## 02. HISTÓRICO DA COMUNIDADE RAÍZES DA PRAIA

A comunidade Raízes da Praia é uma ocupação no bairro Vicente Pinzón de 84 famílias, formada em junho de 2009. A região na qual a comunidade está inserida, na orla leste de Fortaleza, passa por conflitos de terra e especulação imobiliária relacionados às atividades do Porto do Mucuripe e do turismo na Praia do Futuro, localizados no entorno da comunidade.

Sobre a ocupação desta área da cidade, referindo-se ao Serviluz<sup>4</sup>, Nogueira destaca a construção do Porto do Mucuripe como um fato relevante: “As primeiras ocupações do Serviluz e de boa parte da área leste da cidade foram efetivadas a partir da construção do novo porto de Fortaleza e da transferência e instalação de um novo ponto de meretrício na cidade em 1961, a zona do Farol do Mucuripe. No fim dos anos 1970, com a intensificação do processo migratório para a capital cearense em período de forte estiagem (1978-1982), e com o remanejamento para o local e uma comunidade de pescadores, antes fixada nas margens do cais portuário, à beira de praia sobre a qual se ergueu o bairro já estava completamente tomada por tipos variados de trabalhadores.” (Nogueira, 2006. p. 11). Portanto, percebe-se que o cotidiano das comunidades locais é profundamente afetado pela rotina das indústrias, do porto, das trocas comerciais, além de todas as características geográficas relativas a proximidade da orla, com terrenos arenosos, muito vento e maresia.

A comunidade analisada localiza-se na orla, em território administrativo do bairro Vicente Pinzón, podendo pertencer ao território simbólico do Serviluz (fig. 01). No mapa, está também sinalizado o Morro da Vitória, região localizada nas proximidades do novo farol do Mucuripe, onde um terreno do Estado foi ocupado em 2001. Essa ocupação gerou um conflito de grande repercussão que resultou na remoção de uma parte da população residente.

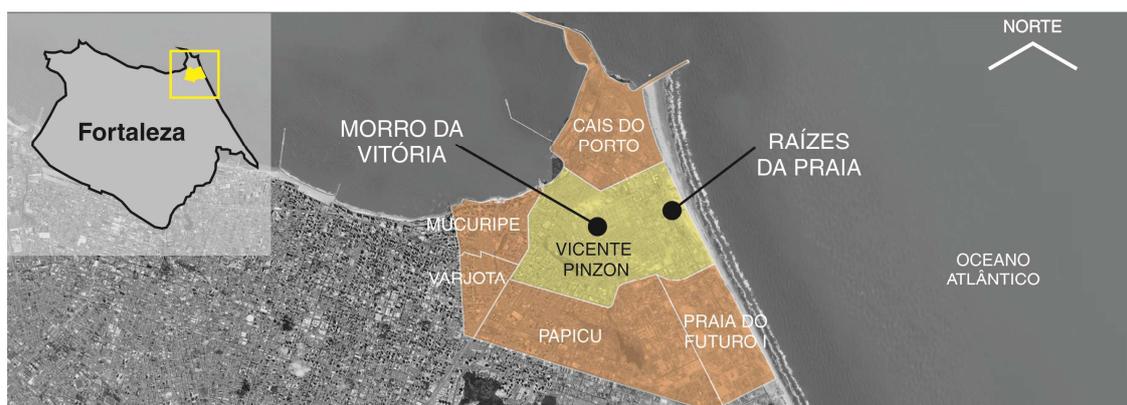


Figura 01. Mapa de localização do Bairro Vicente Pinzón, mostrando sua relação com os bairros vizinhos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

<sup>4</sup>SERVILUZ é o nome popular de parte do bairro Vicente Pinzón e do bairro Mucuripe relativo a antiga empresa Serviço de Luz e Força de Fortaleza instalado no local. Após a empresa ser desativada, no início dos anos 1960, os moradores da comunidade local passaram a se reconhecer com esse nome. Essa delimitação é, no entanto, muito confusa, tendo mais importância para a identidade local do que para o estabelecimento de limites físicos. Mais informações ver o trabalho de Nogueira, 2006.

Este fato, depois de alguns anos, teve como consequência a ocupação que originou a comunidade objeto de estudo deste trabalho. Portanto, considerando que muitas das pessoas da Raízes da Praia foram moradores do Morro da Vitória ou possuem laços com esta comunidade, percebe-se que as ocupações ocorridas nesta região da cidade pertencem a um contexto ligado à luta pela moradia em um cenário de terrenos vazios de grandes especuladores, os “vazios vigiados”<sup>5</sup>: “A ocupação Morro da Vitória é entendida como parte de uma rede de acontecimentos interconectados no espaço-tempo de um universo social. Um movimento de avanço, de tomada de espaço, desencadeando uma violenta refrega dentro de um contexto de conflitos socioespaciais na região litorânea de Fortaleza, região esta objeto de interesses ligados à lógica da exploração turística e da especulação imobiliária.”(Pinto; Soares, 2015). Portanto, para compreender a ocupação da comunidade Raízes da Praia, é preciso considerar o histórico do Morro da Vitória.

Após o despejo ocorrido em parte do terreno do Morro da Vitória, a população questionou o Governo do Estado e a Prefeitura de Fortaleza sobre as habitações que haviam sido prometidas, mas não houve retorno satisfatório por parte do poder público. Diante dessa situação, as famílias desabrigadas juntaram-se ao MCP (Movimento dos Conselhos Populares)<sup>6</sup> e à Associação de Moradores do Morro da Vitória numa ampla articulação em prol do direito à cidade. Durante três anos, reuniões periódicas ocorreram para planejar uma ocupação na região do Vicente Pinzón, como explica um dos moradores entrevistados: “...nós passamos três anos ensinando o pessoal pra poder ocupar aqui depois. Aí foi preciso a gente juntar o povo, aqueles que quiseram e ficaram com o movimento do MCP, aquelas pessoas nós escolhemos, nós ficamos e fizemos treinamentos, várias reuniões juntos.” (Entrevistado 01)<sup>7</sup>. Nessas reuniões, ocorriam treinamentos para a comunidade sobre o processo de ocupação, seus direitos e deveres enquanto cidadãos: “O treinamento era dizer o que era o movimento, o que o movimento fazia na cidade, o MCP – Movimento dos Conselhos Populares. Então a gente ensinava, o sentido era esse, o que as pessoas queriam, quais eram os sonhos, se estavam dispostos a lutar por esses sonhos [...] E quando nós vimos, nesse período de três anos, quando nós vimos que as pessoas estavam realmente preparadas pra vir pra cá, foi que nós ocupamos aqui a comunidade Raízes da Praia.” (Entrevistado 01). Diversos terrenos vazios de proprietários que na maioria das vezes são industriais ou grandes empresários da construção civil foram observados e estudados até a escolha do terreno ocupado. O terreno escolhido possuía boa localização e estava sem uso.

Na madrugada do dia 3 de julho de 2009, cerca de oitenta famílias que habitavam diferentes locais no entorno da Praia do Futuro, organizadas pelo MCP, fincaram raízes em um terreno vazio à beira da praia, no bairro Vicente Pinzón. Para abrigar-se de sol e chuva, os moradores fizeram um mutirão para a montagem de uma grande cobertura feita de estrutura de madeira e lona plástica chamada por eles de “barracão” (fig.02). Antes da

---

<sup>5</sup>Esses autores utilizam o termo ‘vazios vigiados’, referindo-se aos terrenos vazios, cujos proprietários são, na maior parte das vezes, donos de grandes indústrias e/ou construtoras e mantêm terrenos sem uso, porém vigiados por milícias que atacam as populações que tentam ocupá-los. A esta situação, somam-se as forças da especulação imobiliária e do turismo, características do contexto no qual se encontra a comunidade Raízes da Praia.

<sup>6</sup>O Movimento dos Conselhos Populares foi fundado em 2000, porém só passou a atuar mais efetivamente em 2004, no âmbito da campanha eleitoral de Luizianne Lins (PT) à prefeitura de Fortaleza, quando foram realizadas assembleias de bairro para compor o documento “Programa de Reivindicações Imediatas do Povo de Fortaleza”, entregue à prefeitura. Após as expectativas em relação a gestão do PT serem dissolvidas, o movimento perdeu força. Atualmente o MCP segue agindo através de ocupações e ações de luta pela moradia. Para mais informações, ver Costa Júnior, 2011.

<sup>7</sup>As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com moradores da Comunidade Raízes da Praia nos meses de maio e junho de 2016. Neste trabalho, os moradores não terão seus nomes revelados, sendo identificados por Entrevistado 01, Entrevistado 02, etc.

construção das casas individuais, o barracão abrigou a todas as famílias, servindo de local para reuniões, refeições e comemorações.



Figura 02. Mutirão para construção do “barracão” utilizando madeira e lona plástica.

Naquele momento, grupos de pessoas antes desconectadas tornaram-se comunidade a partir de um objetivo em comum: a busca pela moradia digna, que ultrapassa os limites da propriedade individual e reconhece a importância de articular-se a uma resistência coletiva. Como aponta Castilho: “Para o movimento, a ocupação de uma terra apresentava-se como uma ferramenta de construção do poder popular e como uma das táticas que o movimento então discutia para concretizar o processo de luta por moradia. Uma ocupação também expressava, para a política do movimento, o enfrentamento dos embates relativos à apropriação da cidade, principalmente em relação à perspectiva de combate à especulação imobiliária na cidade de Fortaleza.” (Castilho, 2011, p. 51).

Desde a noite da ocupação, ocorreram várias tentativas ilegais de despejo. Milícias armadas tentaram intimidar e expulsar as famílias do local, os moradores entrevistados relatam que os ataques ocorriam com violência: “...entrou quatro pessoas armadas, botando arma na cabeça de todo mundo, querendo bater em todo mundo, derrubando as marcações que nós tínhamos botado, e eu ainda levei uma pancada muito forte que eles me deram [...] E nisso, nós não nos separamos, derrubaram o barracão que nós tínhamos feito com lona, que era pro pessoal ficar debaixo, pra se alimentar, derrubaram tudo.” (Entrevistado 01).

Para garantir a permanência e resistir às tentativas de despejo, a estratégia era manter uma grande quantidade de pessoas no local. Para isso, eram realizadas chamadas das pessoas cadastradas na ocupação a cada seis horas: “...de seis em seis horas a gente chamava, pra ver se aquela pessoa tava presente. Deu três chamadas e se aquela pessoa não comparecesse, ela não estava mais presente, já entraria outra pessoa no lugar. Se faltasse duas, ainda era aceito, mas se faltasse três, não era. Então, o negócio era muito sério.” (Entrevistado 01). O discurso dos moradores evidencia a importância da união daquele grupo de pessoas, atualmente comunidade, para resistir às tentativas de remoção: “...o que fazia a força da comunidade eram as pessoas. Se saísse dez pessoas, eram dez pessoas a menos pra lutar, de resistência, né? (Entrevistado 10).

A comunidade Raízes da Praia persiste até hoje no mesmo lugar. A área ocupada localiza-se na Av. César Cals, esquina com rua Murilo Silveira em uma região de usos diversos, transporte público de fácil acesso e próximo de equipamentos públicos de saúde e educação. A comunidade ocupa o meio do quarteirão, em polígono irregular composto por lotes de donos variados (fig. 03).

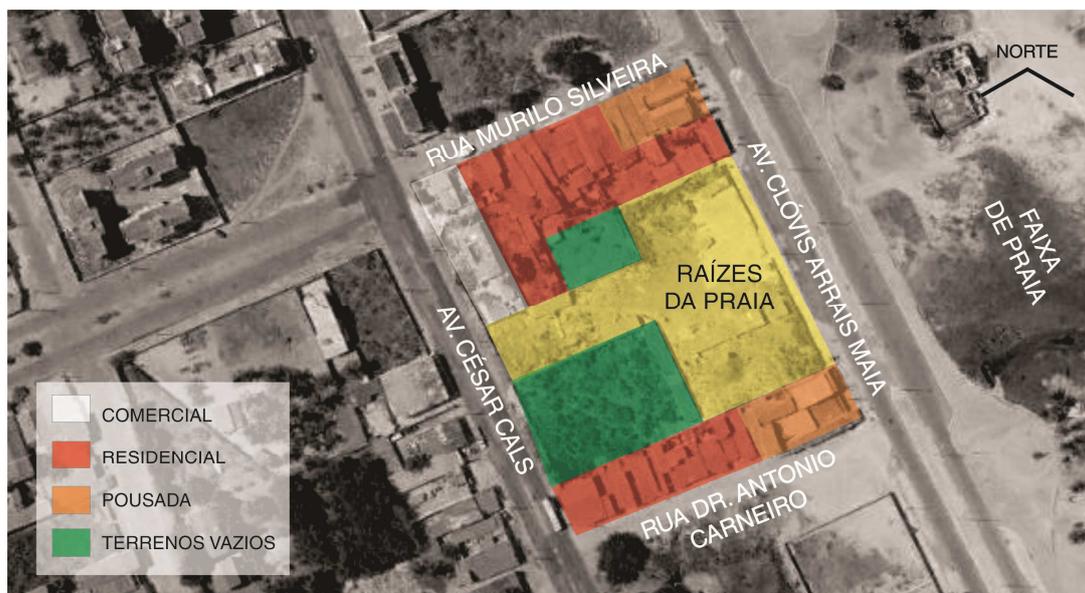


Figura 03. Mapa do quarteirão da comunidade Raízes da Praia mostrando as ruas que o conformam e o uso do solo. Fonte: Elaborado pelos autores.

A comunidade recebe apoio de uma organização católica, que vem realizando diversas ações em favor de algumas comunidades da cidade. No caso da Raízes da Praia, com os recursos da organização católica, foi construído o Centro Comunitário (fig. 04), única edificação feita de alvenaria no terreno ocupado. Nesse local ocorrem diversas atividades, tais como reforço escolar de jovens e adultos; celebrações religiosas; assembleias e reuniões comunitárias; bazares e feiras; aulas de esportes e danças; comemorações; palestras; etc. Não por coincidência, a comunidade refere-se ao Centro Comunitário como “barracão”, em referência clara à construção improvisada feita de madeira e lona plástica que representou o início da luta por moradia e o símbolo da resistência.



Figura 04. Centro Comunitário Santo Expedito, da comunidade da Raízes da Praia. Fonte: Acervo dos autores.

Apesar de a ocupação daquele conjunto de lotes específico ter-se dado apenas em 2009, a ligação das pessoas ao território é mais antiga, e se relaciona a laços afetivos - pessoais e espaciais, atividades de subsistência e manifestação social. As famílias eram provenientes de algumas das comunidades distribuídas nas proximidades da zona de orla, tendo a pesca e outras atividades comerciais relacionadas à praia como principal meio de sustento. Permanecer naquele entorno significava a manutenção dos vínculos já

existentes, o reforço de suas origens e o reconhecimento ao direito de acesso a uma infraestrutura de transporte e equipamentos públicos adequada.

Dos contínuos diálogos entre o movimento e a prefeitura, é importante ressaltar um acontecimento que bem representa a relação da comunidade com seu local de moradia e seu entendimento das abrangências deste direito. Em meados de 2010, representantes da Habitafor comunicaram a inclusão da área da Raízes da Praia no programa Minha Casa Minha Vida (Castilho, 2011, p. 56 - 57). Isso implicaria na aquisição do terreno por uma construtora, responsável por materializar as novas habitações e financiá-las às famílias. A proposta foi recusada pelos moradores, que compreenderam a instabilidade em se poder vender as habitações isoladas no futuro, com a conseqüente desarticulação da comunidade e reinserção da área na lógica do mercado imobiliário. Este fato exemplifica a peculiaridade da luta da comunidade, que transcende a propriedade da casa, por estar baseada na própria noção de conquista e convivência comunitária.

### 03. FORMAS DE OCUPAÇÃO

As casas da comunidade, na maioria das vezes, são feitas através de autoconstrução utilizando madeira, plástico, telhas cerâmicas e demais materiais reaproveitados. Alguns moradores possuem uma área livre que é utilizada como jardim ou quintal, para estender roupas, cultivar plantas ou criar animais (fig. 05).



Figura 05. Exemplo de residência que possui área livre utilizada como jardim, uma habitação autoconstruída com materiais reaproveitados na comunidade Raízes da Praia. Fonte: Acervo dos autores.

Mesmo com características de acampamento, já que o risco de novas tentativas de remoção ainda existe, é possível observar profundo sentimento de apropriação dos moradores, tanto em relação a suas casas e à comunidade, com divisões claras do espaço e seus usos. Segundo Cavalcante, a apropriação é um processo no qual “o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu.” (Cavalcante; Elias, 2011). Esse processo é relativo a relação entre o habitante e o local de moradia e é explicitado pela forma como as pessoas se referem aos espaços, reforçando a identidade coletiva da comunidade, como observamos na fala dos moradores falando sobre suas casas: “...é onde eu posso dizer ‘é meu, estou seguro’, foi construído com meus próprios méritos, muitas partes até com as minhas próprias mãos...foi conseguido na raça, com muita luta, muito sofrimento, abri mão de muita coisa... por isso eu gosto.” (Entrevistado 10). Neste discurso é possível perceber também a autoconstrução, quando é dito que a casa foi construída pelas próprias mãos do morador. Este fato estreita a relação das pessoas com o lugar de moradia, uma vez que todos participaram ativamente da sua construção física, símbolo da resistência.



Figura 06. Esgoto a céu aberto. Fonte: Acervo dos autores.

Figura 07. Área de circulação estreita e mal iluminada entre as habitações, opondo-se ao espaço livre do “pátio central”. Fonte: Acervo dos autores.

As casas possuem água e energia elétrica através de abastecimento clandestino. O esgotamento sanitário é feito através de fossa, mas observa-se esgoto a céu aberto em alguns pontos que corre para um reservatório improvisado e aberto. Nas circulações entre residências, observa-se a construção de uma calha aberta e improvisada que cumpre a função da instalação inexistente, levando o conteúdo do esgoto de cada casa para o grande esgoto a céu aberto.(fig. 06).

Como forma de solucionar os conflitos em torno da reintegração de posse do terreno, a prefeitura de Fortaleza adquiriu os dois lotes pertencentes ao proprietário que havia entrado com a solicitação de reintegração. Assim, a área correspondente a esses dois lotes, que agora em bem dominial do município, foi deixada na ocupada pelos moradores e usada como área de lazer conferindo um caráter de “pátio central” público (fig. 08) opondo-se aos corredores de circulação deixados entre as habitações. Mais do que decisão arquitetônica consciente dos moradores, esta organização espacial reflete uma estratégia política. A ocupação dos lotes privados se dá principalmente como forma de pressão sobre o poder público e os proprietários para negociação dos terrenos. O adensamento dessas áreas também torna mais difícil um possível processo de reintegração de posse.



Figura 08. Espaço livre público consequência da estratégia de ocupação da comunidade, formando um “pátio central”. Fonte: Acervo dos autores.

Algumas residências que possuem o jardim com acesso para esse “pátio central” possuem áreas cobertas, onde alguns moradores ficam sentados no fim da tarde e, em outros momentos, as crianças utilizam o espaço de sombra para brincar durante o dia.

A morfologia da ocupação revela, além das estratégias de resistência a possíveis tentativas de remoção, o polígono irregular conformado pelos lotes vazios e sem uso, que vão desde a avenida Cesar Cals até a avenida Clóvis Arrais Maia, por dentro do quarteirão, fato que confere permeabilidade ao terreno da comunidade e permite usos diversos nas casas lindeiras as avenidas, tais como comércio e serviços.

#### 04. PRIMEIROS CONTATOS

Após seis anos de ocupação, em meados de 2015, representantes da comissão de moradores procuraram o PET Arquitetura com a demanda de um estudo para a área. Tendo em vista que a fase de maiores ameaças de despejo havia sido afastada, os moradores pretendiam destruir seus barracos temporários de madeira e construir casas de alvenaria. Para tanto buscavam orientações sobre a organização espacial das casas de alvenaria a serem construídas paulatinamente com recursos próprios.

Além da proposta do Minha Casa Minha Vida, a comunidade já havia recebido algumas alternativas realizadas por escritórios de Fortaleza, entretanto sem mais desdobramentos. Os alunos do PET aceitaram a proposta de parceria, enxergando como uma oportunidade de compreender o processo de produção da cidade real, além de testar seus conhecimentos sobre projetos de assentamentos de habitação social. Em Maio 2015, os alunos começaram a atividade por meio de uma leitura e interpretação dos documentos do registro dos lotes ocupados em cartório seguido de uma oficina para discutir com os moradores estratégias de regularização fundiária. Nesta oficina também foram colhidas as primeiras impressões sobre as demandas espaciais dos moradores, que serviu de subsídio para uma segunda oficina com os moradores onde cada bolsista trouxe as primeiras ideias para a organização espacial das unidades habitacionais permanentes.

Durante o segundo semestre, os alunos pesquisaram casos de experiências de assistência técnica bem sucedidas no Brasil e na América Latina, e elaboraram duas propostas preliminares: uma apenas com casas térreas, outra com núcleos iniciais de dois pavimentos e possibilidades de expansão para acompanhar o crescimento familiar. Nesta fase, vários encontros foram realizados com a finalidade de informar os moradores sobre algumas possibilidades arquitetônicas diferentes dos conjuntos habitacionais já conhecidos por eles que se aproximassem de sua cultura construtiva, contemplando, por exemplo, a possibilidade de expansão das casas.

Nas apresentações, os moradores que compareceram ficaram divididos perante premissas básicas do projeto, como a construção em blocos de três unidades habitacionais e, principalmente, a implantação inicial em pavimento térreo e superior. Além disso, também sentiam falta do quintal nas propostas e não expressavam domínio das técnicas construtivas para materializar aquelas habitações por conta própria. Tornou-se claro, naquele momento, o desencaixe da postura tecnocrática do processo de projeto ao contexto sensível e múltiplo da comunidade cujo o desencadeamento foi a falta de identificação dos moradores com o projeto. Sentiu-se a necessidade de estruturar conjuntamente uma abordagem que suscitasse novas discussões.

Após essa fase, houve a organização de um novo cronograma de atividades que considerou tanto a rotina da comunidade em si quanto o calendário de outros grupos atuantes no local. As ações foram articuladas, assim, ao processo de regularização de posse dos terrenos ocupados, levado à frente pelo Escritório de Direitos Humanos do Curso de Direito de outra Universidade. Os diálogos com este grupo foram muito importantes para abrir novos olhares sobre o histórico de resistência da comunidade, para

coordenar os debates a um tempo possível de formalização da questão da terra e para compreender os aspectos legais e os limites do polígono de implantação do projeto.

## 05. ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM

Após as indagações recebidas durante a apresentação da segunda alternativa projetual na comunidade, sentiu-se a necessidade de desconstruir o projeto para construí-lo de forma conjunta: experimentar maneiras de desenvolver, com os próprios habitantes, aproximações para elaboração de novas propostas. Teve início assim um plano de trabalho com oficinas colaborativas, para sistematização, decodificação e divulgação das informações e demandas dentro da comunidade, a fim de potencializar as discussões entre os moradores sobre a produção de seu espaço.

Nesse contexto, vai-se na contramão da prática arquitetônica tecnocrática (Kapp et. al, 2012), na qual o profissional de arquitetura tem preponderância nas decisões de projeto. Na metodologia proposta, objetiva-se possibilitar a autonomia dos moradores antes e durante a fase de concepção do projeto, através da gestão das informações da comunidade, da legislação e de alternativas de projeto.

As dinâmicas tiveram dois principais objetivos. O primeiro foi proporcionar uma interface para a elaboração do projeto arquitetônico, de maneira gradativa e experimental, através de um olhar imerso, atento e conectado às dinâmicas cotidianas da comunidade. Em segundo lugar, mas tão importante quanto, procurou-se promover a reunião dos habitantes em torno da produção de seu próprio espaço, após um período de relativa estabilidade, no que diz respeito a ameaças de remoção. Foram realizadas as seguintes dinâmicas: cartografia temporal, oficinas de fotografia e desenho e jogo com maquetes.

A primeira oficina, de cartografia temporal, teve como objetivos, mapear as origens dos moradores da comunidade, a fim de compreender a idade do grupo como ele agora se configura; se a maioria dos habitantes atuais participou da ocupação inicial ou se chegou de maneira segmentada. Além disso, procurou-se saber da sua percepção de território, de acordo com os locais mais frequentados no bairro e da sua conectividade com as comunidades do entorno, por permanência de usos ou laços afetivos.

As atividades práticas dividiram-se em duas etapas. A primeira delas foi uma linha do tempo da comunidade. Demarcada em fita vermelha com os sete anos desde a ocupação do terreno, em 3 de julho de 2009, a trajetória foi sendo preenchida pelos moradores, que posicionaram seu nome e o local de moradia anterior sobre o ano em que chegaram à Raízes da Praia (fig. 09). Como havia poucos presentes em relação ao total de moradores, sugerimos a inclusão de amigos e vizinhos pelos que lá estavam. A linha do tempo foi finalizada, nesta manhã, com 26 respostas. Apesar de, possivelmente, não revelar a idade da comunidade como um todo, mostrou o recorte do grupo mais participativo: aquele que está presente desde o início. Verifica-se também a forte presença de moradores do Serviluz, que chegaram à Raízes em vários períodos.

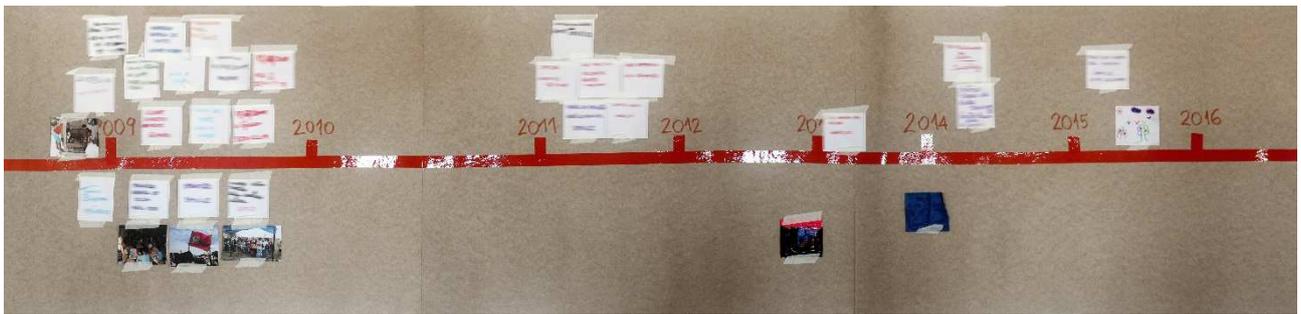


Figura 09. Linha do tempo, produto da primeira oficina, de cartografia temporal. Fonte: Acervo dos autores.

A segunda atividade da manhã, desenvolvida quase em paralelo à primeira, foi o mapeamento de pontos de interesse. Foram levados dois mapas do entorno, cujas escalas foram definidas de acordo com as recomendações de Moretti (1997) para implantação de equipamentos básicos de educação e saúde. O primeiro mapa abrange um raio de 500m, máximo previsto para creches e escolas de ensino infantil, traçado a partir do terreno da Raízes da Praia. O segundo, mais distante, engloba uma circunferência de 2000m de raio, distância máxima considerada para postos de saúde.

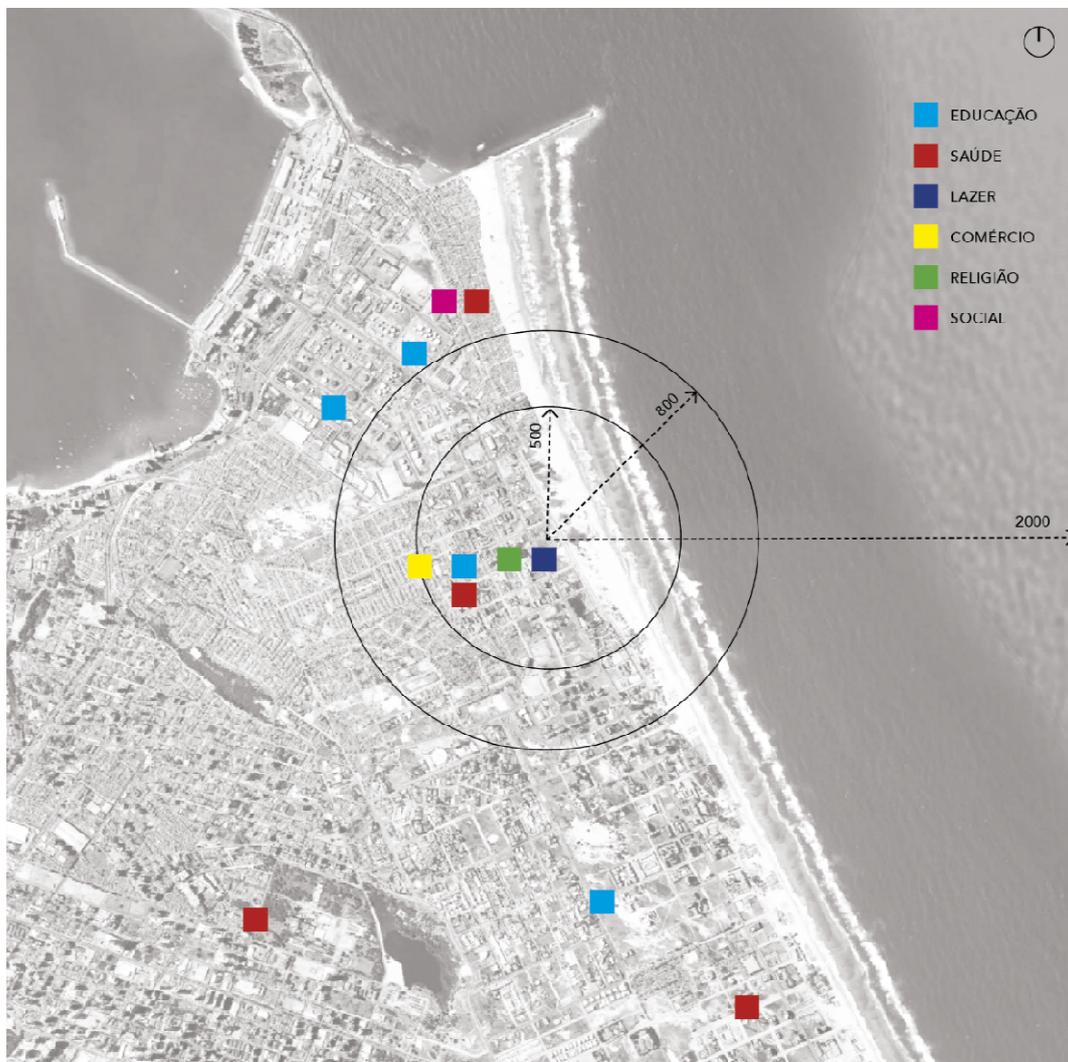


Figura 10. Mapa dos equipamentos próximos da comunidade. Fonte: Produzido pelos autores.

Pela dificuldade dos presentes em decodificar a linguagem do mapa, os nomes dos locais foram referenciados posteriormente à oficina. Sentiu-se a necessidade de complementar esta etapa com algum outro elemento que remetesse aos lugares, como

fotografias, por exemplo, pois o mapa não funcionou como instrumento de localização e discussão sobre o bairro. Assim, os equipamentos apontados pelos moradores foram listados, ao lado dos mapas, nas seguintes categorias: saúde, educação, comércio, lazer, religião e social.

Analisando-se as informações espacializadas, emergem algumas carências da área (fig. 10). Entre as escolas mencionadas, verificou-se que, apesar de numerosas, apenas uma delas localiza-se dentro do raio caminhável de 800m. Já os postos de saúde, hospitais e farmácias cumprem a distância de 2000m até a comunidade. Algumas pessoas mencionaram que continuaram frequentando os postos de saúde de onde moravam antes, como é o caso do Serviluz. As atividades de comércio, religião e assistência social são realizadas também próximo à quadra da Raízes, com ênfase no acesso ao comércio através das vendas realizadas na própria comunidade. Essa nuvem de pontos de interesse aponta para a real definição do território da comunidade. Por outro lado, a carência de equipamentos de lazer ficou clara: a praia e casas de amigos, mesmo que situadas em outros bairros, foram apontadas como únicos locais de divertimento.

Para o segundo dia de atividades, foi proposto um par de oficinas de percepção e representação da imagem da Raízes da Praia, utilizando dois meios: a fotografia e o desenho. O principal objetivo foi entender as ligações afetivas e simbólicas dos moradores com a comunidade. Buscou-se, também, debater sobre as expectativas dos habitantes para seu próprio local de moradia, promover um momento de integração entre moradores de diversas idades, e contribuir para a formação um arquivo da comunidade, com imagens elaboradas por eles, como materialização da memória.

As duas oficinas foram idealizadas para públicos diferentes, mediante metodologias distintas. A utilização de duas estratégias de representação, fotografia e desenho, relacionou-se à natureza dessas linguagens: a fotografia como registro do real e interpretações dos anseios; o desenho como forma mais livre de manifestação do imaginário.

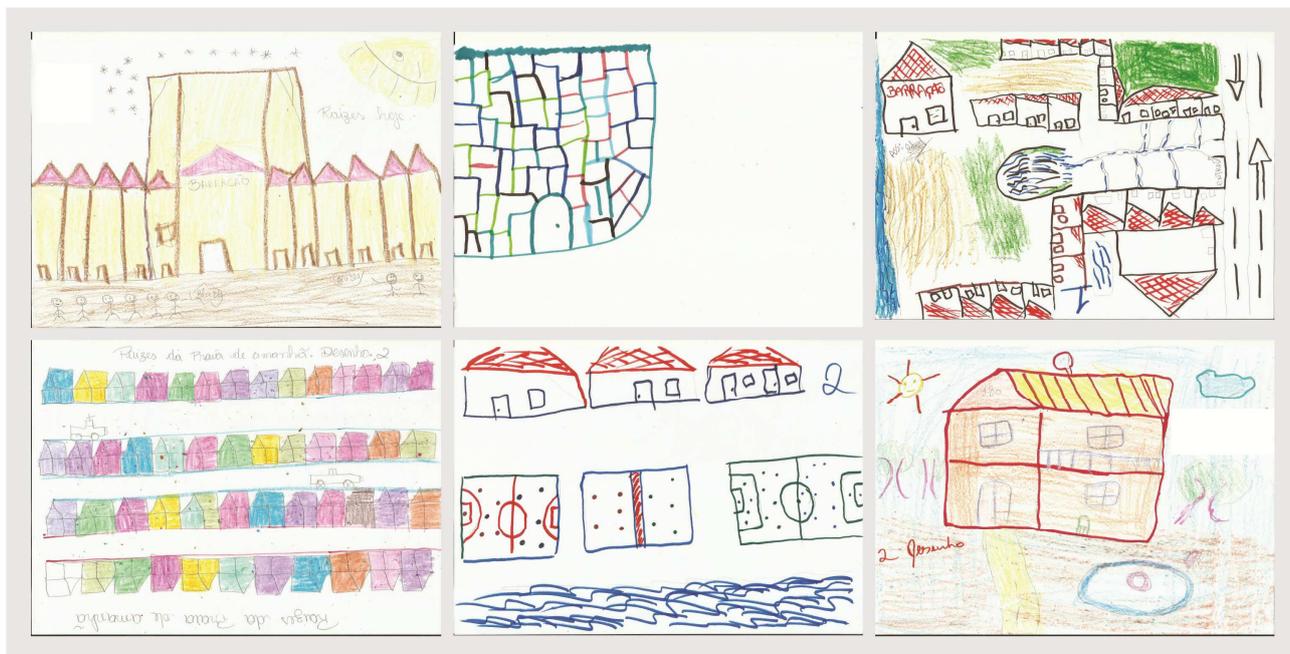


Figura 11. Desenhos produzidos na Oficina Raízes em Imagens por diversos autores. Na parte de cima, os três primeiros desenhos representam a Raízes hoje. Na Parte de baixo, os três últimos desenhos representam a Raízes imaginado. Fonte:Acervo dos autores.

Iniciou-se com a oficina de desenho, dedicada a um público de todas as idades. Como tarefa inicial, os participantes foram desafiados a ilustrar a Raízes hoje, com pontos positivos e negativos. Concluída esta primeira etapa, questionamos sobre a Raízes imaginada: um desenho da comunidade dos desejos, a Raízes como gostariam que fosse (fig. 11). As mesas foram organizadas de forma que pequenos grupos pudessem discutir as temáticas ilustradas e compartilhar os materiais.

Em seguida, houve a oficina de fotografia. Esta atividade foi estruturada com referência na metodologia de Ferrara, compilada no livro *Olhar Periférico* (1993). Neste trabalho, a pesquisadora estudou a fotografia como instrumento de análise urbana em três bairros de São Paulo, a partir dos significados emergentes do olhar dos próprios moradores.

Na estratégia utilizada por Ferrara e sua equipe, os participantes receberam câmeras analógicas e rolos de filme para registrar o entorno de onde moravam durante um mês, norteados por seis eixos temáticos. Segundo a autora: “a modalidade fotográfica representa um valor informacional que, por sua vez, representa o modo e o objeto percebido na realidade ambiental, ou seja, os valores, perspectivas ou desejos do homem na sua relação com o meio ambiente urbano. Um conjunto de signos que, interpretativamente, encadeia significados.” (Ferrara, 1993, p. 267).

Na Raízes da Praia, a experiência foi realizada de maneira mais pontual, durante uma tarde, com câmeras digitais. A ideia foi captar, em um curto intervalo de tempo, olhares direcionados por cinco eixos: habitação, retratos, lazer (diversão), meio ambiente e comércio (fig. 12). Para cada um desses temas, havia a possibilidade de se encaixarem aspectos positivos e negativos.

Os onze jovens caminharam por cerca de meia hora no terreno da comunidade e em áreas próximas que consideraram importantes, munidos das câmeras, registrando tantas imagens quanto achassem necessárias. Ao final da tarde, cada participante escolheu cinco fotos que considerou melhor demonstrar seu olhar sobre o local onde mora, para serem impressas para exposição.

O resultado dessa oficina foi apresentado uma semana depois, em uma exposição montada com a ajuda dos moradores (principalmente crianças e adolescentes), no intuito de mostrar o material produzido para quem não participou das atividades.

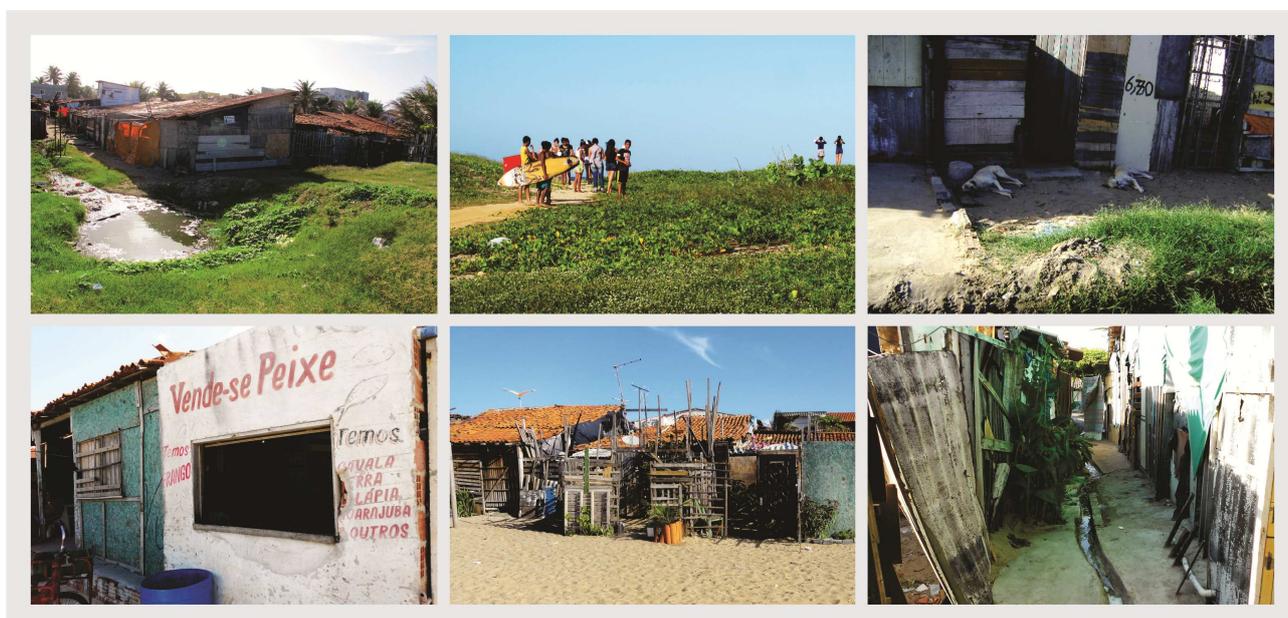


Figura 12. Produtos da oficina de fotografia. Fonte: Acervo dos autores.

Como dar partida a um processo de projeto conjunto? Quais as formas de se agenciar uma negociação de espaços entre os habitantes da comunidade, tornando possível aos próprios moradores-produtores articular as suas necessidades cotidianas aos condicionantes de espaço e regulações urbanas? Quais os limites e interseções, rompidos e desejados, na busca pela qualidade do espaço, cumprimento da legislação e atendimento a necessidades socioeconômicas e culturais?

Foram essas as indagações que nortearam a realização desta terceira dinâmica. A interface em questão deveria ser intuitiva. Necessitava-se de uma plataforma que agisse como canal de comunicação entre as exigências legais e as intenções dos habitantes, com o mínimo de ruído. Pelo desconhecimento do número de participantes na atividade, face a ausências de moradores nos encontros anteriores, seria ideal que a interface pudesse se adaptar à quantidade de pessoas e promover a interação em equipe. O trabalho tátil, materializado em modelos tridimensionais, foi encarado como uma solução vantajosa em comparação a outras formas de representação bidimensional, por possibilitar maleabilidade a modificações e mais fácil entendimento.



Figura 13. Oficina de maquete. Fonte: Acervo dos autores.

A solução encontrada foi realizar um jogo com maquetes. A intenção da oficina era exemplificar através da prática o ordenamento da ocupação do terreno com base na legislação de Fortaleza. Para isso, o jogo foi elaborado contendo um terreno, blocos de comércio, habitação e áreas livres e o objetivo do jogo era encaixar esses blocos, representando a demanda da comunidade por casas, pontos comerciais e atendendo a exigência da legislação por áreas livres (fig. 13). As regras do jogo foram baseadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza.

Para o encontro com a comunidade, foram levados dois exemplares do jogo. As doze pessoas presentes dividiram-se em grupos para tentar solucionar o desafio: implantar 84 unidades habitacionais e 95 módulos verdes no polígono que será regularizado para a comunidade. Logo de início, as pessoas visualizaram com clareza a carência de espaço para a quantidade de residências. O mergulhar nas regras trazia cada vez mais restrições. Percebeu-se, pelas duas equipes, não ser possível distribuir casas térreas para todas as famílias no espaço disponível com a anuência das regras definidas pela legislação de uso e ocupação do solo vigente em Fortaleza.

Uma das equipes decidiu abdicar das unidades comerciais para ganhar mais espaço, abrigando-os dentro das próprias casas. Nos dois grupos, houve a necessidade de ocupar mais um andar além do térreo, a fim de obter a área mínima para implantar todas as unidades verdes. Apesar da presença frequente de equipamentos de lazer e esporte nos desenhos realizados durante a oficina anterior, ninguém optou pela troca de algumas unidades verdes por um campo de futebol: significaria ter de subir mais um pavimento das habitações.

As configurações finais das duas equipes foram em vários aspectos semelhantes: agrupamentos de módulos habitacionais de dois pavimentos, térreo e superior, em blocos contíguos, com áreas de circulação estreitas e pouca fluidez. A negativa da verticalização foi determinante em ambos os processos.

O diálogo que se seguiu à atividade trouxe à tona de maneira clara diversas inquietações dos moradores que emergiram a partir do jogo. Ele funcionou como uma interface de diálogo e informação das possibilidades de se construir naquele espaço segundo as regras gerais que orquestram as construções na cidade. Os habitantes presentes ansiavam por distribuir todas as casas de maneira térrea. As justificativas apontadas para essa preferência relacionavam-se, inicialmente, à acessibilidade e à privacidade. A habitação com escada teria o acesso dificultado, especialmente para famílias com idosos e crianças, e a presença de um pavimento superior foi relacionada pelos moradores a problemas de acústica, com incômodos gerados pelas famílias de cima às de baixo.

O motivo principal indicado, porém, foi a intenção de expandir a unidade para cima. Além do uso comercial, essa tradição liga-se também à evolução familiar. Falou-se sobre a vinda frequente de visitantes e a vontade de permanecer no mesmo local com o crescimento da família, casamentos e filhos. Quando questionado sobre a adoção de tipologias diferentes para se adequar aos tamanhos iniciais das famílias, o grupo presente respondeu de forma categórica: preferem-se plantas iniciais iguais para todas as famílias, com a potencialidade de expansão.

As discussões dessa oficina apontaram para a necessidade de se realizar uma assembleia geral com os habitantes, para discutir as futuras formas de ocupação e os rumos desejados pela maioria da comunidade, seguindo também o processo de regularização da propriedade da terra.

Durante a realização das oficinas, foi possível construir a interface necessária para a discussão do projeto através da criação de um espaço de convivência e trabalho em torno do futuro da comunidade. Embora enfrentando dificuldades relativas à participação, provenientes principalmente do desgaste e da fragilidade característicos do processo de luta pela moradia da comunidade, faz-se um balanço positivo das atividades realizadas, fato apontado tanto pelo grupo do ArqPET quanto pelos moradores da comunidade. Abaixo está uma tabela-síntese das oficinas realizadas na comunidade.

	<b>Participação dos moradores</b>	<b>Pontos positivos</b>	<b>Pontos negativos</b>
<b>OFICINA 01 Cartografia temporal</b>	Pouca participação, alguns moradores completaram a linha do tempo no lugar dos ausentes.	Possibilidade dos moradores de contarem a sua história, data de chegada na comunidade e local de moradia anterior; Reconhecimento do território do entorno através do mapeamento de pontos de interesse.	Foi o primeiro contato realizado como oficina e causou um estranhamento inicial nos moradores; A metodologia utilizada (mapa) não foi bem compreendida por todos, gerando dúvidas na atividade.
<b>OFICINA 02 Raízes em Imagens</b>	Após ser remarcada pelo não	Possibilidade de conhecer o raízes hoje (diagnóstico da comunidade atual) e o	Grande quantidade de pessoas, principalmente crianças, demandou

<b>(Desenho)</b>	comparecimento dos moradores, foi a oficina com maior número de participantes.	raízes desejado (demanda da população) a partir do desenho dos moradores.	mais tempo que o planejado, impedindo a realização de um fechamento da atividade, com roda de conversa.
<b>OFICINA 02 Raízes em Imagens (Fotografia)</b>	Participaram 11 pessoas, entre adultos e adolescentes.	Proporcionar o contato com a câmera, dando ao morador a autonomia de escolher suas fotos, representou uma livre expressão individual sobre a sua comunidade; Oportunidade de conhecer que elementos, pessoas e locais da comunidade são relevantes para os moradores.	Algumas pessoas participaram das duas atividades, desenho e foto, atrasando o início da oficina de fotografia; Por causa do pouco tempo disponível para esta oficina, os participantes não tiveram oportunidade de falar sobre suas fotos.
<b>OFICINA 03 Maquete</b>	Participaram dois grupos que utilizaram dois jogos de maquete.	Contato dos moradores com a legislação vigente na área, expondo as regras para construção das casas; Momento de reflexão e debate sobre a forma de ocupação desejada; A oficina gerou novas discussões na comunidade posteriormente.	A pouca quantidade de participantes fez com que somente pequena parcela da população tivesse acesso as informações, sendo necessário depois realizar novo encontro para debate.

Tabela 01. Análise dos resultados das três oficinas realizadas na comunidade Raízes da Praia. Fonte: Elaborado pelos autores.

## 06. O DISCURSO DOS MORADORES

A última etapa das ações realizadas na comunidade foi composta de entrevistas, com o objetivo de coletar dados através do discurso dos moradores. A entrevista é do tipo semiestruturada e foi dividida em eixos temáticos: “Dados do entrevistado”; “Dados da habitação”; “Redes sociais”; “A casa”; “A comunidade”; “O projeto e a participação”. Foram realizadas dezoito entrevistas com moradores da comunidade escolhidos aleatoriamente.

Primeiramente, as entrevistas tiveram a função de reunir informações básicas sobre os moradores, construindo um perfil da comunidade a partir desses dados. Para isso, são coletados no eixo “Dados do entrevistado”: nome completo do entrevistado, data de nascimento, quantidade de pessoas morando na residência, número de filhos, ocupação principal, etc.

Nesta atividade, observa-se a diversidade de locais de moradia anteriores a comunidade Raízes da Praia. Quando perguntados sobre o porquê de morarem na Raízes, fica evidenciada uma motivação em comum: a vulnerabilidade habitacional, tanto na cidade de Fortaleza quanto em outras cidades do interior do estado. Quando perguntados sobre o engajamento no processo de regularização do terreno e no projeto

colaborativo, muitos defendem a participação de todos, ressaltando a importância desses processos, ao passo que outros, na maioria das vezes com descrença, dizem que não participam porém procuram se informar com quem participa.

Outros aspectos relevantes, que podem ser apontados como resultados da análise do discurso dos moradores, são: o apego ao local de moradia; a valorização da casa enquanto um lugar conquistado a partir de grandes conflitos; a incerteza sobre a permanência no local da ocupação; a esperança de conseguir uma casa no terreno da ocupação de forma legal.

No grupo de perguntas chamado Redes sociais, o objetivo é compreender e mapear as relações existentes com base em confiança e amizade. Com isso, pretende-se cruzar os relatos da comunidade com a observação de campo, formulando um arranjo de relações que auxilie na compreensão do processo de coesão comunitária do espaço ocupado.

Por fim, a entrevista configura-se como a coleta final de informações para compor o programa de necessidades da solução habitacional, projetada de forma colaborativa, para a comunidade. Durante a entrevista, são observados relatos que versam sobre as preferências dos entrevistados em relação as casas e caracterizam o tipo de uso existente, fornecendo informações importantes para o projeto. Abaixo está uma tabela-síntese das informações coletadas na entrevista. Alguns dados de natureza qualitativa ainda estão sendo analisados e por isso não constam neste trabalho.

PERGUNTA		RESPOSTAS						
Local de moradia anterior		Morro da Vitória, Serviluz, Castelo Encantado, Conjunto São Pedro, Vicente Pinzón, Caucaia, Crateús, Camocim, Mucuripe						
Mora aqui desde:		8 pessoas desde o dia da ocupação (julho de 2009); 3 pessoas em 2010; 2 pessoas em 2012; 3 pessoas desde 2014; 1 pessoa mora desde o começo de 2016 e 1 pessoa está em fila de espera para morar na comunidade.						
Número de habitantes na casa		2 hab.	3 hab.	4 hab.	5 hab.	6 hab.	7 hab.	8 hab.
	Nº Respostas	3	4	9	0	1	0	1
Meios de transporte		A pé		Ônibus	Carro	Moto	Bicicleta	
	Repostas	9		14	0	5	2	
Meios de Comunicação		Rádio		TV	Celular		Computador	
	Nº Respostas	13		17	18		5	
	Atividades				Ligações, Facebook, Whatsapp, Jogos		Trabalho, Pesquisa Google, música, Facebook.	
Atividades no tempo livre		Reunião da comunidade, Ir à praia, Ficar com os filhos, jogar futebol, Ir pra academia, Ir pra igreja, Dormir, Ficar em casa, Acessar internet, Assistir TV.						
Pessoas que mais gosta		Zé, Lucivaldo, Tio Índio (marido D. Rosa), Deijalmir, Juce, Cláudia, Assis, Ju, Dona Aurineide, Celiane, Marlita,						

		Conceição, Rita, Ana Cristina, Anderson, Kesia, Ivanildo, Regina, Jaqueline, Girlene, Tió, Silviane, Irmã Marta (esposa Ivanildo), Dona Rosa, Luciana, Ivanildo, Preta.			
Sua casa tem problemas?		Sim		Não	
	Nº Respostas	13		5	
Você gosta da sua casa?		Sim		Não	
	Nº Respostas	18		0	
Você gosta de morar na comunidade?		Sim		Não	
	Nº Respostas	17		1	
Quais locais você frequenta próximo daqui?		Praia em frente a comunidade, Caça e Pesca, Serviluz, Praia de Iracema, Igreja de Aparecida, Centro, Beira-Mar, Shopping Rio Mar.			
Você acha importante que ocorram as reuniões comunitárias?		Sim		Não	
	Nº Respostas	18		0	
Você compareceu a última reunião?		Sim		Não	
	Nº Respostas	15		3	
Sabe da existência do projeto colaborativo?		Sim		Não	
	Nº Respostas	15		3	
Participou de alguma atividade deste projeto?		Sim		Não	
	Nº Respostas	8		10	
		Gostou de participar?		Gostaria de participar?	
		Sim	Não	Sim	Não
	Nº Respostas	8	0	9	1

Tabela 02. Resultados das entrevistas realizadas na Comunidade Raízes da Praia. Fonte: Elaborado pelos autores.

## 07. REFLEXÕES

A partir dos dados apresentados sobre a comunidade analisada e sobre os conceitos abordados no trabalho, pode-se perceber a relevância de investigar essas temáticas, uma vez que a gestão, que, por definição, deveria garantir os direitos dos cidadãos, inclusive o direito à moradia, permanece ausente e/ou negligente nesse processo.

Dessa forma, em consequência do contexto conflituoso, alternativas insurgentes de planejamento surgem em comunidades, tais como a Raízes da Praia. É importante, portanto, investigar essas ações em busca de compreender qual é a abrangência da conduta autonomista (Souza, 2003) em termos de planejamento efetivo e inserção das comunidades na cidade.

No caso da comunidade Raízes da Praia, a interface colaborativa que foi construída, foi essencial para o autoconhecimento da comunidade e para o diagnóstico de sua situação atual pois, para além de proporcionar a coleta de dados e a expressão das demandas existentes, as atividades realizadas forneceram ambiente para a convivência entre os moradores e debate acerca dos problemas e potencialidades do espaço. Mostraram a dificuldade da formulação de um projeto formal que se adequasse a legislação vigente, tanto por particularidades do contexto comunitário quanto por causa da conduta excludente das ações do poder público.

Atualmente, a comunidade está em processo de criação da associação de moradores e em processo de regularização jurídica do terreno ocupado por meio do instrumento urbanístico usucapião coletivo, tendo a perspectiva de elaborar um solução habitacional que considere a realidade socioeconômica. O Programa de Educação Tutorial (ArqPET UFC) vem dando apoio neste processo, auxiliando no levantamento topográfico que dará base para a regularização do terreno, participando das reuniões comunitárias e promovendo debates sobre a situação jurídica e urbanística na qual a comunidade se encontra.

## 08. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baltazar, Ana Paula; Kapp, Silke (2016). *Assessoria técnica com interfaces*. Porto Alegre: IV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Castilho, Natalia Martinuzzi. (2011). *O direito de resistir ao direito: A experiência do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) na ocupação Raízes da Praia e os limites e possibilidades da afirmação constitucional do direito de resistência*. Monografia. Fortaleza: Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Cavalcante, Sylvia; Elias, Terezinha Façanha. *Apropriação*. In: Cavalcante, Sylvia; Elali, Gleice A. (2011). *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes.

Costa Júnior, Pedro Wilson da (2011). *Estado e Movimentos Sociais: Qual Autonomia? A experiência dos conselhos populares em Fortaleza*. Florianópolis: Em Debate Revista Digital.

Ferrara, Lucrécia D'Alessio (1993). *O olhar periférico: informação, linguagem e percepção ambiental*. São Paulo: Edusp.

Kapp, Silke et al (2012). *Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação*. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade". Florianópolis: UFSC.

Moretti, Ricardo de Sousa (1997). *Normas urbanísticas para habitação de interesse social: recomendações para elaboração*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

Nogueira, André Soares (2006). *Fogo, vento, terra e mar: Migrações, natureza e cultura popular no Bairro Serviluz em Fortaleza*. São Paulo: Dissertação de mestrado PUC-SP.

Pereira, Elson Manoel (2015). *A alegoria da participação. Planos diretores participativos pós-Estatuto da Cidade*. Florianópolis: Editora Insular.

Souza, Marcelo Lopes de (2003). *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza pinto, Igor Moreira; Soares, Jacqueline Alves (2015). *Morro da Vitória: Formas de violência e de mediação comunitária*. Goiânia: IV Simpósio Internacional de Ciências Sociais.

<http://raizesdapraia.blogspot.com.br/> (Acesso em julho de 2016)

<http://conselhospopularesmcp.blogspot.com.br/> (Acesso em julho de 2016)

<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/03/310338.shtml> (Acesso em julho de 2016)

<http://pet.arquitetura.ufc.br/> (Acesso em julho de 2016)